

**DIVERSIDADE NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO AFETA NA EVIDENCIAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS? UMA ANÁLISE NAS EMPRESAS BRASILEIRAS**

**HYANE CORREIA FORTE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

**LARISSA KAROLINE SOUZA SILVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

**MÔNICA CAVALCANTI SÁ DE ABREU**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

# DIVERSIDADE NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO AFETA NA EVIDENCIAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS? UMA ANÁLISE NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a qualidade ambiental e social tornou-se mais acentuada nas últimas décadas, principalmente com o crescimento da conscientização dos *stakeholders* frente às questões relacionadas à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) (Hu & Loh, 2018; Reverte, 2009). As crescentes pressões estabelecidas pelas partes interessadas têm exigido um maior envolvimento das organizações em ações de RSC e, conseqüentemente, uma maior comunicação desse engajamento (Guidry & Patten, 2010; Hu & Loh, 2018; Reverte, 2016). Estudos têm indicado que o Conselho de Administração é cada vez mais responsável pelas questões relacionadas à RSC, sendo fundamental para o estabelecimento de metas e objetivos em relação à RSC (Jamali, Safieddine, & Rabbath, 2008; Rao & Tilt, 2016). Com isso, o aumento da sensibilidade sobre as questões relativas à Responsabilidade Social Corporativa tem ocasionado mudanças nas divulgações empresariais, levando as empresas a se preocuparem não somente com a divulgação de informações financeiras, mas também com a evidenciação de informações não financeiras.

A evidenciação de práticas ligadas à Responsabilidade Social Corporativa pode ser entendida como o fornecimento de informações financeiras e não financeiras relativas ao relacionamento de uma corporação com o seu espaço físico e social (Deegan & Rankin, 1996; Hackston & Milne, 1996; Said, Zainuddin, & Haron, 2009). A conscientização pública, o interesse por questões socioambientais e a atenção dos meios de comunicação tem resultado no aumento das divulgações sociais pelas empresas nas últimas décadas (Gray, Kouhy, & Lavers, 1995; Reverte, 2009). Nesse contexto, as organizações têm sido cada vez mais solicitadas a prestar contas das suas práticas ambientais e sociais a um público mais amplo do que os grupos de acionistas e credores (Reverte, 2009). A divulgação de informações sociais corporativas pode ocorrer em diversos meios, como nos relatórios de Responsabilidade Social Corporativa das empresas.

Os relatórios de Responsabilidade Social Corporativa apresentam informações de caráter econômico, ambiental e social e prestam contas aos *stakeholders* quanto ao desempenho organizacional da corporação. Os relatórios sociais corporativos cobrem as ações sociais e sustentáveis das organizações a modo de refletir as preocupações das mesmas com as questões socioambientais. A literatura tem apresentado que empresas com relatórios de RSC com maiores qualidades informacionais têm reações e avaliações de mercado significativamente mais positivas (Bachoo, Tan, & Wilson, 2013; Guidry & Patten, 2010; Wang & Li, 2016), uma vez que os riscos associados a desempenhos futuros da organização podem ser melhores avaliados pelos investidores (Wang & Li, 2016).

Além das pressões dos *stakeholders*, a estrutura do conselho de administração das empresas pode ser fundamental quanto à evidenciação de informações sociais corporativas nos relatórios de RSC. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC] (2015) informa que para a boa governança são essenciais a transparência, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Além disso, orienta que uma alta administração mais diversificada permite um maior conjunto de informações e levantamento de questões sobre a empresa e uma maior congruência dos valores organizacionais com as atividades sociais, que segundo Pucheta-Martínez, Bel-Oms e Olcina-Sempere (2018a) não seria possível com a formação de uma alta administração com características tradicionais. Dessa forma, estudos têm relacionado a composição do conselho com a evidenciação de informações de práticas ligadas à Responsabilidade Social Corporativa (Helfaya & Moussa, 2017; Hu & Loh, 2018; Jizi, Salama, Dixon, & Stratling, 2014; Modiba & Ngwakwe, 2017).

Decisões importantes sobre questões de Responsabilidade Social Corporativa da empresa são tomadas pelo conselho de administração, sendo assim ferramenta importante para a elaboração do relatório de RSC da corporação (Muttakin, Khan, & Mihret, 2018; Pucheta-Martínez et al., 2018a). Um conselho de administração mais diversificado apresenta um maior conjunto de talentos e recursos, podendo assim, melhor assessorar as empresas quanto às questões de sustentabilidade (Hu & Loh, 2018). Além disso, a diversidade do conselho de administração pode direcionar a organização ao engajamento em atividades de Responsabilidade Social Corporativa e a comunicação efetiva do mesmo aos seus *stakeholders* (Jizi et al., 2014).

Nesse cenário, a literatura tem introduzido ideias de que a estrutura do conselho de administração, além de ser responsável pelas práticas de RSC estabelecidas pelas empresas, pode ser capaz de aumentar a preocupação da corporação com os diversos *stakeholders*, e consequentemente com as questões sociais e ambientais. Dessa forma, considerando a importância da composição do conselho de administração na evidência de práticas ambientais e sociais, tem-se o seguinte questionamento de pesquisa: **A composição do Conselho de Administração influencia na evidência de práticas ambientais e sociais?**

A pesquisa tem como objetivo analisar a possível influência da composição do Conselho de Administração na evidência de práticas ambientais e sociais. Adicionalmente, busca-se analisar o perfil do Conselho de Administração das empresas brasileiras e o nível de evidência de informações de caráter ambiental e social. Para as organizações é fundamental saber como diferentes composições da alta administração influenciam no nível de evidência das informações ligadas à responsabilidade social corporativa (García-Sánchez, Suárez-Fernández, & Martínez-Ferrero, 2019). A diversidade no conselho de administração pode beneficiar as corporações nas tomadas de decisões dos gestores, uma vez que um conselho mais diversificado pode fazer com que se tenha um maior conjunto de conhecimentos que possam afetar na elaboração dos relatórios de RSC e, consequentemente, na evidência de informações ambientais e sociais. Dessa forma, a composição do conselho pode possibilitar a redução nos problemas de agência, além de atender aos distintos *stakeholders* e aos investidores (Hu & Loh, 2018; Said et al., 2009).

A estrutura do conselho de administração tem sido conteúdo de estudo direto com a evidência de informações de responsabilidade social corporativa (Hu & Loh, 2018; Jizi et al., 2014; Modiba & Ngwakwe, 2017; Said et al., 2009). Frente à importância dos temas tratados, pretende-se obter um melhor entendimento sobre o impacto da Governança Corporativa na evidência de informações de caráter ambiental e social. Dessa forma, a pesquisa contribui com a literatura da área, uma vez que estudos no Brasil com a presente interação ainda são iniciais (Dani, Picolo, & Klann, 2018).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Entendendo a relação entre Conselho de Administração e a evidência de Responsabilidade Social Corporativa**

Corporações que se preocupam com ações sociais e ambientais podem estabelecer relações de confiança com os grupos de *stakeholders*, que podem liberar um potencial adicional para a criação de valor (Harrison, Bosse, & Phillips, 2010). Os resultados de uma organização podem ser aprimorados ao serem realizadas ações orientadas aos *stakeholders*, caso estas estejam relacionadas com práticas socialmente responsáveis (Freeman, 1984). A Responsabilidade Social Corporativa trata-se de políticas ou práticas que apontam uma organização como preocupada com as demandas que envolvem a sociedade (Roberts, 1992; Said et al., 2009; Van Marrewijk, 2003). As empresas possuem responsabilidades com a sociedade que ultrapassam a maximização da riqueza dos acionistas (Font, Walmsley, Cogotti,

McCombes, & Häusler, 2012), e que devem equilibrar a pluralidade de interesses dos diversos *stakeholders* e investidores (Van Marrewijk, 2003).

A evidenciação de RSC disponibiliza informações às partes interessadas a respeito das ações da corporação com o meio ambiente, comunidade, clientes, funcionários, investidores, entre outros (Said et al., 2009). As expectativas acerca das responsabilidades sociais das corporações são, conseqüentemente, afetadas pela sua capacidade de impactar os interessados e a sociedade civil (Jizi et al., 2014). As organizações percebem que não devem ser apenas responsáveis, como compreendem que suas ações de RSC devem ser divulgadas, uma vez que a transparência é fundamental para a legitimação das práticas e ações socialmente responsáveis realizadas pelas empresas (Font et al., 2012). Dessa forma, a academia tem introduzido a ideia de que a evidenciação de informações de RSC pelas corporações pode ser influenciada pela composição do conselho de administração (Giannarakis, 2014), uma vez que pode ser capaz de elevar a preocupação da empresa com os *stakeholders*, fazendo com que a mesma apresente maior preocupação com as questões sociais e ambientais.

O conselho de administração é um dos mecanismos de governança corporativa mais significativos para o monitoramento em prol dos acionistas das organizações (Muttakin et al., 2018). Diante de uma governança efetiva, os gestores recorrem aos compromissos de Responsabilidade Social Corporativa a fim de solucionar conflitos entre os *stakeholders* no intuito de maximizar a riqueza do acionista. Com isso, a divulgação de informações não financeiras em relatórios de sustentabilidade, RSC ou relatórios ambientais, sociais e de governança (ESG), vem ganhando bastante atenção na literatura (De La Cuesta & Valor, 2013), uma vez que o relato social corporativo é um meio pelo qual as empresas conseguem apresentar suas ações de RSC (Said et al., 2009). Além disso, atende às necessidades informacionais das partes interessadas tocante ao desempenho ambiental e social das empresas (Nekhili, Nagati, Chtioui, & Rebolledo, 2017), pode ser considerado como um meio de minimizar as lacunas entre a corporação e seus *stakeholders* (Said et al., 2009) e pode atenuar os problemas de agência (Pucheta-Martínez, Bel-Oms, & Olcina-Sempere, 2018b), uma vez que os acionistas podem requisitar a divulgação dos relatórios como um mecanismo de controle, visando minimizar os custos de agência (Harjoto & Jo, 2011).

## **2.2 Impacto do Conselho de Administração na evidenciação de práticas ambientais e sociais**

A diversidade no conselho de administração vai além da heterogeneidade de seus membros, relaciona-se a diferentes percepções, valores e particularidades que a vivência desses membros contribui para as decisões e discussões dentro do conselho de administração (Rao & Tilt, 2016). Estudos sugerem que um conselho mais independente, com uma maior diversidade de gênero, maior faixa etária e mais ativo pode influenciar na evidenciação de práticas ambientais e sociais nas empresas.

A diferenciação na composição, conselheiros internos ou independentes, conforme a teoria da agência, resulta em um monitoramento superior das atividades da empresa (Basuony, Mohamed, & Samaha, 2018). Muttakin et al. (2018) explanam que o tamanho do conselho, assim como a independência, causam impactos positivos nas divulgações de práticas de RSC (Harjoto & Jo, 2011; Hu & Loh, 2018; Jizi et al., 2014; Muttakin et al., 2018), além de aumentar a legitimidade dos relatórios (Jizi, 2017) e possibilitar um maior desempenho da empresa (Fernández-Gago, Cabeza-García, & Nieto, 2016).

Ampliando o número de conselheiros independentes, as corporações seriam capazes de aumentar seu valor de mercado como consequência da atenuação de conflitos de interesses entre agentes e principais. No entanto, esse resultado poderia ser atingido de maneira indireta por meio da RSC da empresa (Fernández-Gago et al., 2016). A maior independência favorece a propagação da imagem positiva da empresa mediante a melhoria da consciência social (Jizi,

2017). Essa vantagem foi possível devido a admissão de recomendações de boa governança, com isso, as organizações necessitariam compreender que é necessária a realização de atividades sociais que consideram os pleitos dos demais *stakeholders*, além dos acionistas (Fernández-Gago et al., 2016).

Percebe-se que a independência do conselho favorece o direcionamento de parte dos recursos limitados da organização com o intuito de potencializar a relevância de iniciativas sociais e a posterior evidenciação, por meio dos relatórios de RSC (Jizi, 2017). Pode-se considerar que a independência do conselho de administração pode levar as organizações a uma maior transparência e divulgações de informações de Responsabilidade Social Corporativa. Dessa forma, formula-se a seguinte hipótese:

**Hipótese 1:** A independência do conselho influencia positivamente a evidenciação de práticas ambientais e sociais.

Há uma quantidade crescente de literatura evidenciando, também, a relevância da diversidade de gênero nas decisões do conselho (Rao & Tilt, 2016), sendo aspecto crítico para as decisões voluntárias, como as relacionadas à RSC (Bear, Rahman, & Post, 2010; Rao & Tilt, 2016). Segundo Bear et al. (2010), ter um maior quantitativo de diretoras do sexo feminino pode sensibilizar os conselhos corporativos quanto às iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa, fornecendo perspectivas que sejam relevantes para o tratamento das questões de RSC e sinais para os investidores sobre o potencial de aprimoração da reputação da empresa.

A literatura tem sugerido que um maior número de mulheres no conselho de administração pode ser capaz de trazer melhorias para o desempenho social da empresa, uma vez que as mulheres demonstram uma maior sensibilidade quanto aos assuntos relacionados às práticas de RSC (Hafsi & Turgut, 2013). Além disso, a maior sensibilidade com as questões de RSC presente nas mulheres pode ser capaz de contribuir para o melhor relacionamento e comunicação da corporação com os seus *stakeholders*. Diante do exposto, referente ao efeito da diversidade de gênero na Responsabilidade Social Corporativa, sugere-se a seguinte hipótese:

**Hipótese 2:** A diversidade de gênero do conselho de administração influencia positivamente a evidenciação de práticas ambientais e sociais.

Além da diversidade de gênero, outro aspecto da diversidade dos conselhos que está ganhando atenção da literatura de Responsabilidade Social Corporativa é a faixa etária dos membros que compõe o conselho de administração (Rao & Tilt, 2016). As experiências e conhecimentos dos gestores de maior idade e a dinâmica dos mais novos são consideradas relevantes para o processo de tomada de decisão (Rao & Tilt, 2016). Os membros do conselho de administração com idade mais elevada estão mais inclinados ao bem-estar da sociedade, em decorrência do comportamento geracional e os mais jovens apresentam-se como mais sensíveis a questões ambientais e éticas (Hafsi & Turgut, 2013).

Post, Rahman e Rubow (2011), informam que membros do conselho de administração mais experientes, ou seja, com uma faixa etária mais elevada, tendem a empreender mais em estratégias de RSC, favorecendo numa maior preocupação com os aspectos sociais e ambientais. Sendo assim, mais propensos a apresentar um maior relacionamento e comunicação com a comunidade, investidores e demais *stakeholders*. Dessa forma, frente aos argumentos apresentados, elaborou-se a seguinte hipótese:

**Hipótese 3:** A idade do conselho de administração influencia positivamente a evidenciação de práticas ambientais e sociais.

A composição do conselho de administração apresenta, ainda, um importante atributo, a atividade do conselho, que é um indicativo do nível de comprometimento do mesmo com a organização (Basuony et al., 2018). O aumento no número de reuniões pode ser entendido como um momento de crise dentro da organização, ocasiões de eminentes riscos para os interesses dos acionistas ou situações de decisões discutíveis (Ahmad, Rashid, & Gow, 2017; Liang, Xu, & Jiraporn, 2013). Ademais, Jensen (1993) alega, validando um menor número de reuniões do conselho, que o aumento das atividades poderá sinalizar más notícias para os *stakeholders* dessas organizações.

De acordo com Dienes e Velte (2016), tanto a teoria como a pesquisa empírica são inconclusivas no que concerne ao impacto da atividade do conselho de administração, avaliado por meio do número de reuniões, no relatório de Responsabilidade Social Corporativa. No entanto, um número progressivo de reuniões não resulta, necessariamente, em um padrão elevado de governança corporativa. Reuniões adicionais têm um alto custo para as organizações, desta maneira, esse número superior de reuniões poderia ocasionar em efeitos de avaliação negativos (Ahmad et al., 2017; Dienes & Velte, 2016). Diante disso, apresenta-se a quarta hipótese:

**Hipótese 4:** A atividade do conselho de administração influencia negativamente a evidenciação de práticas ambientais e sociais.

Em resumo, entende-se, para esta pesquisa, que determinadas características do conselho de administração podem ser capazes de influenciar na evidenciação de práticas ambientais e sociais (Cucari, De Falco, & Orlando, 2018; Hu & Loh, 2018; Post et al., 2011). A análise dessas relações contribui para o crescimento do estudo sobre os mecanismos de governança corporativa e suas influências no contexto brasileiro.

### 3 METODOLOGIA

Como critérios para seleção da amostra, foram selecionadas as empresas listadas na B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão, que divulgaram relatórios de RSC, nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) G4, no período 2013-2017, resultando em 73 empresas e 190 observações. As diretrizes do GRI-G4 foram lançadas no ano de 2013 e a partir de 2017 algumas empresas passaram a produzir seus relatórios no formato *GRI Standards*, fazendo com que o número de relatórios de RSC no formato GRI-G4 fosse reduzido, justificando assim o período de análise.

A mensuração do índice de evidenciação de informações de caráter ambiental e social seguiu a proposta metodológica de Fischer e Sawczyn (2013), que tem como base a divulgação de indicadores de desempenho GRI (2006). A métrica estabelecida por Fischer e Sawczyn (2013) já foi utilizada pela academia com a finalidade de se investigar a extensão da divulgação de informações de RSC por parte das empresas (Soares, Abreu, Marino, & Rebouças, 2018; Soares, Pinheiro, Abreu, & Marino, 2018), o que a torna válida e importante quanto à verificação e avaliação da divulgação de informações ligadas à RSC. No entanto, deve-se salientar que para a pesquisa os indicadores de desempenho GRI (2006) foram adaptados, e utilizou-se os indicadores de desempenho GRI (2013), os quais pertencem ao relatório GRI-G4. O índice de evidenciação de Responsabilidade Social Corporativa elaborado por Fischer e Sawczyn (2013) é composto por 31 itens, sendo 15 itens referentes aos indicadores de desempenho ambiental e 16 itens referentes aos indicadores sociais, como pode-se observar na Tabela 1:

Tabela 1 - Indicadores GRI-G4 utilizados.

<b>Dimensão Ambiental - Pontuação Máxima: 54 pontos</b>	
<b>Indicador de Desempenho</b>	<b>Descrição</b>
G4 - EN2	Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem
G4 - EN3/EN4	Consumo de energia dentro/fora da organização
G4 - EN8/EN22	Total de retirada de água e descarte total de água, por fonte/destinação
G4 - EN11/EN12	Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
G4 - EN15/EN16/EN17/EN20/EN21	Emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Emissão de substâncias que destroem a camada de ozônio, NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas), por peso
G4 - EN23	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição
G4 - EN27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços
G4 - EN28	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos
G4 - EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas
<b>Dimensão Social - Pontuação Máxima: 84 pontos</b>	
<b>Indicador de Desempenho</b>	<b>Descrição</b>
G4 - 10/LA1	Discriminação do número total de empregados por contrato de trabalho e gênero, de empregados permanentes por tipo de emprego e gênero e por região e gênero e número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero
G4 - LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero
G4 - LA9	Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional
G4 - LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade
G4 - LA13	Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes
G4 - EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício da organização
G4 - HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
G4 - HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil
G4 - HR6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo
G4 - SO3/SO4	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos e significativos identificados e comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção
G4 - EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos
G4 - EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes
G4 - PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado
G4 - PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências
<b>Dimensão Total - Pontuação Máxima: 138 pontos</b>	

Fonte: Adaptado de Fischer e Sawczyn (2013).

Verificou-se para cada um dos 31 itens analisados o nível de evidenciação dos mesmos nos relatórios de RSC. Cada item foi pontuado de 0 a 6, onde o valor (0) foi atribuído para os itens não divulgados pelas empresas. Foi atribuído o valor (1) quando o item divulga informações de desempenho em termos absolutos ou relativos. Soma-se mais (1) ponto ao item se o mesmo apresentar as informações de desempenho em termos absolutos ou relativos em relação as empresas semelhantes/rivais ou indústria; em relação a períodos anteriores; em relação às metas estipuladas; de forma absoluta e normatizada; e/ou em nível desagregado.

Para os itens que apresentam mais de um indicador, cada indicador foi avaliado separadamente e considerado a maior pontuação entre eles. Ao final, o índice de evidenciação de RSC da dimensão total (dimensão ambiental mais dimensão social) foi obtido através da divisão entre a pontuação obtida pela organização e a pontuação máxima da dimensão total.

A Tabela 2 sintetiza as variáveis utilizadas na pesquisa, bem como suas operacionalizações, e fontes de coleta.

Tabela 2 - Variáveis dependentes e independentes, operacionalização e fontes.

Constructo	Variáveis dependentes	Operacionalização	Fontes
Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	Índice de evidenciação de informações de caráter ambiental e social (dimensão total) (EVT)	Razão entre a pontuação obtida pela organização na dimensão total e a pontuação máxima da dimensão total	GRI
	Índice de evidenciação de informações de caráter ambiental (dimensão ambiental) (EVA)	Razão entre a pontuação obtida pela organização na dimensão ambiental e a pontuação máxima da dimensão ambiental	GRI
	Índice de evidenciação de informações de caráter social (dimensão social) (EVS)	Razão entre a pontuação obtida pela organização na dimensão social e a pontuação máxima da dimensão social	GRI
Constructo	Variáveis independentes	Operacionalização	Fontes
Composição do Conselho de Administração (COMP_CADM)	Independência do Conselho de Administração (INDEP)	Proporção de conselheiros independentes no Conselho de Administração	Formulário de Referência
	Diversidade do Conselho de Administração - Mulheres no Conselho de Administração (MLR_CADM)	Proporção de mulheres no Conselho de Administração	Formulário de Referência
	Idade do Conselho de Administração - Faixa etária dos membros do Conselho de Administração (FE_CADM)	Média de idade dos membros do Conselho de Administração	Formulário de Referência
	Atividade do Conselho de Administração (ATIV_CADM)	Número de reuniões anuais do Conselho de Administração	B3 S.A.
Variáveis de controle (CONT)	Tamanho do Conselho de Administração (TAM_CADM)	Número de membros do Conselho de Administração	Formulário de Referência
	Tamanho (TAM)	Logaritmo natural de ativo total	Economática®
	Alavancagem (ALAV)	Razão entre a dívida total e o ativo total	Economática®
	Sector de atividade (SETOR)	Sector de atividade da empresa (Variável <i>dummy</i> )	Economática®
	Período de tempo (ANO)	Ano da observação (Variável <i>dummy</i> )	-

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A partir das variáveis elencadas, para se investigar a possível influência da composição do Conselho de Administração na evidenciação de práticas ambientais e sociais, o seguinte modelo econométrico foi estabelecido a fim de testar as hipóteses levantadas:

$$RSC_{it} = \beta_0 + \beta_1 COMP\_CADM_{it} + \beta_2 TAM\_CADM_{it} + \beta_3 TAM_{it} + \beta_4 ALAV_{it} + \beta_5 SETOR_{it} + \beta_6 ANO_{it} + \varepsilon_{it}$$

(Equação 1)

Deve-se destacar que o modelo econométrico estabelecido, além de verificar a dimensão total (EVT), apresenta um desdobramento tanto para a dimensão ambiental (EVA), quanto para a dimensão social (EVS). Assim, as informações utilizadas foram analisadas por meio do modelo de regressão *pooled OLS*.

Para a pesquisa, antes da análise das regressões, realizou-se uma análise descritiva dos dados para que fosse possível verificar o comportamento dos dados, sendo apresentadas medidas de tendência central e medidas de dispersão. Dessa forma, todas as análises descritivas e as regressões foram executadas pelo *Stata* versão 13.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 3 apresenta a quantidade de observações analisadas por ano e setor. Verifica-se que os anos de 2013 e 2017 apresentaram um desequilíbrio no número de observações, se comparados com o período 2014-2016. A discrepância pode estar relacionada com ano de implementação das diretrizes do relatório GRI-G4, em 2013, o qual teve pequena adesão das empresas brasileiras. E, além disso, a partir de 2017 algumas empresas passaram a elaborar seus relatórios no formato GRI *Standards*, fazendo com que o número de relatórios no formato GRI-G4 fosse reduzido. Destaca-se ainda, que as empresas classificadas no setor de Utilidade Pública foram as que mais elaboraram e divulgaram relatórios de RSC no formato GRI-G4 no período de análise.

Tabela 3 - Número de observações por ano e setor.

Setor	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Bens industriais	1	7	8	5	1	22
Consumo cíclico	5	7	10	8	1	31
Consumo não cíclico	2	4	6	4	0	16
Financeiro e outros	8	5	7	8	1	29
Materiais básicos	4	6	2	3	0	15
Petróleo, gás e biocombustíveis	2	3	4	4	1	14
Saúde	0	0	1	2	0	3
Tecnologia da informação	2	1	0	0	0	3
Telecomunicações	0	1	2	2	1	6
Utilidade Pública	6	12	12	15	6	51
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>46</b>	<b>52</b>	<b>51</b>	<b>11</b>	<b>190</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à análise das variáveis de governança, a Tabela 4 traz os tipos de composição do conselho de administração segregados por ano. Inicialmente, observa-se que a média da proporção de conselheiros independentes apresenta um crescimento, principalmente no ano de 2017, podendo este aumento estar relacionado com o número baixo de observações no ano. Além disso, observa-se que as medianas dos anos são superiores a 20%, ou seja, mostra que 50% ou mais das observações tem mais de 20% do conselho formado por conselheiros independentes. Destaca-se que esses dados apresentam um desvio padrão inferior à média, sendo assim dados homogêneos.

Frente à diversidade de gênero no conselho de administração apresentada na Tabela 4, extrai-se que somente no ano de 2016 o conselho de administração tinha a média de proporção igual a 10%, ou seja, o conselho de administração tem 1 (uma) mulher a cada 10 membros. Pode-se verificar, ainda, que somente no período 2016-2017 a mediana do número de mulheres foi superior a zero, ou seja, 50% ou mais das observações tem alguma mulher compondo o conselho de administração. Porém, observa-se que a moda da proporção de mulheres é igual a zero, ou seja, a maioria das observações não têm mulheres compondo o conselho de administração.

Relativo à idade média dos membros do conselho de administração, percebe-se que a média etária apresentou um pequeno aumento durante o período de análise, sendo uma média de idade superior a 50 anos. Além disso, verifica-se que a mediana do período apresenta um equilíbrio. E, quanto às reuniões, observa-se que apesar da média anual apresentar uma queda, a mesma apresentou uma variação pequena do número de reuniões. Com o desvio padrão, pode-se extrair a homogeneidade dos dados.

Tabela 4 - Análise descritiva das variáveis de governança (variáveis independentes).

Conselho de Administração	Ano	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Mediana	Máximo	Moda
Proporção de conselheiros independentes	2013	0,26	0,19	0,00	0,24	0,67	0,00
	2014	0,26	0,20	0,00	0,22	0,86	0,00
	2015	0,30	0,25	0,00	0,25	0,88	0,00
	2016	0,29	0,26	0,00	0,25	1,00	0,00
	2017	0,41	0,29	0,00	0,43	0,86	0,00
Proporção de mulheres no Conselho de Administração	2013	0,06	0,09	0,00	0,00	0,31	0,00
	2014	0,07	0,09	0,00	0,00	0,33	0,00
	2015	0,06	0,08	0,00	0,00	0,29	0,00
	2016	0,10	0,10	0,00	0,08	0,43	0,00
	2017	0,07	0,09	0,00	0,06	0,29	0,00
Idade média dos membros do Conselho de Administração	2013	54,70	5,94	42,00	54,40	66,60	42,00
	2014	55,60	6,36	43,20	54,90	67,10	43,20
	2015	56,00	6,16	43,20	55,60	67,60	45,70
	2016	56,70	5,90	39,40	57,10	68,30	50,00
	2017	57,80	7,36	43,30	58,60	70,40	43,30
Reuniões do Conselho de Administração	2013	18,20	16,80	5,00	15,50	101,00	18,00
	2014	16,30	8,78	3,00	15,00	49,00	10,00
	2015	17,00	8,69	7,00	16,50	51,00	11,00
	2016	15,80	8,48	1,00	14,00	40,00	14,00
	2017	16,00	7,69	7,00	14,00	31,00	9,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 apresenta a estatística descritiva relativa aos índices de evidenciação das práticas ambientais, sociais e total, segregados por ano. Pode-se observar a baixa média de evidenciação dos indicadores de dimensão social e dimensão ambiental, porém, observa-se que as informações relativas aos indicadores de dimensão ambiental apresentaram uma média maior de evidenciação se comparadas com a dimensão social. Além disso, extrai-se que durante o período 2013-2016, houve empresas que não divulgaram informações de caráter ambiental e social. Quanto à média da dimensão total, o ano de 2017 foi o que apresentou maior média de evidenciação. Isso pode ser explicado pela média da dimensão ambiental, uma vez que o ano de 2017 apresentou a maior média.

Tabela 5 - Análise descritiva das variáveis de evidenciação de práticas ambientais e sociais.

Dimensão de RSC	Ano	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
Dimensão Ambiental	2013	0,1310	0,1130	0,0000	0,1020	0,3330
	2014	0,1740	0,1080	0,0000	0,1670	0,4070
	2015	0,1570	0,1020	0,0000	0,1480	0,3890
	2016	0,1530	0,0995	0,0000	0,1670	0,4070
	2017	0,1840	0,0992	0,0370	0,1850	0,3890
Dimensão Social	2013	0,0702	0,0508	0,0000	0,0714	0,2020
	2014	0,0660	0,0443	0,0000	0,0536	0,1790
	2015	0,0588	0,0424	0,0000	0,0476	0,1550
	2016	0,0570	0,0435	0,0000	0,0476	0,1670
	2017	0,0693	0,0611	0,0238	0,0476	0,2020
Dimensão Total	2013	0,0940	0,0669	0,0000	0,0906	0,2540
	2014	0,1080	0,0610	0,0000	0,1090	0,2030
	2015	0,0971	0,0575	0,0000	0,0906	0,2170
	2016	0,0945	0,0569	0,0000	0,0942	0,2100
	2017	0,1140	0,0603	0,0290	0,1090	0,2170

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 6, ao se analisar os modelos de regressão *pooled OLS*, cuja variável dependente é o índice de evidenciação de informações de caráter ambiental e social – dimensão

total - (EVT), constata-se que a proporção de conselheiros independentes (INDEP) mostra-se significativa a 5% e a atividade do conselho de administração (ATIV\_CADM) apresenta-se significativa a 1%. No entanto, destaca-se que a proporção de conselheiros independentes mostra-se significativa positivamente, enquanto a atividade mostra-se significativa negativamente. Dessa forma, esse resultado sugere que a proporção de conselheiros independentes tem impacto positivo no nível de evidenciação de informação de caráter ambiental e social, enquanto a atividade do conselho, que é representado pelo número de reuniões, apresenta uma influência negativa no índice de evidenciação de informações relativas à dimensão total.

Tabela 6 - Regressão *pooled OLS* para a Dimensão Total (EVT).

Variáveis independentes	Dimensão Total (EVT)				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
INDEP	0,0385 **	0,0349 **			
MLR_CADM	0,0090		-0,0170		
FE_CADM	-0,0002			-0,0001	
ATIV_CADM	-0,0009 ***				-0,0008 ***
TAM_CADM	0,0026 ***	0,0023 ***	0,0022 ***	0,0021 **	0,0025 ***
TAM	0,0080 **	0,0068 **	0,0060 **	0,0061 *	0,0069 **
ALAVAN	0,0252 *	0,0146	0,0159	0,0149	0,0258 *
SETOR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ANO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
_CONS	-0,0382	-0,0354	-0,0072	-0,0035	-0,0155
Obs.	190	190	190	190	190
F	9,45	12,15	11,43	10,79	10,69
p-value	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
R <sup>2</sup>	0,3636	0,3457	0,3313	0,3308	0,3456

Níveis de significância: \* < 0,1; \*\* < 0,05; \*\*\* < 0,01.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto às variáveis de controle, verifica-se que tamanho do conselho (TAM\_CADM) apresenta-se significativa a 1% em todos os modelos analisados. Observa-se também significância estatística na variável tamanho da empresa (TAM), a 5% de significância, sendo somente no modelo (4) que mostra um nível de significância de 10%. Outra variável que demonstrou relevância estatística foi a variável alavancagem (ALAVAN), a 10% de significância (modelos 1 e 5).

Na Tabela 7, para a dimensão ambiental (EVA), observa-se que a proporção de conselheiros independentes e a atividade do conselho apresentaram relação significativa a 10% e 1%, respectivamente. Como na dimensão total (EVT), a proporção de conselheiros independentes mostra-se significativa positivamente e o número de reuniões apresenta-se significativa negativamente. Dessa forma, pode-se inferir que os conselheiros independentes influenciam positivamente no nível de evidenciação de informações de caráter ambiental, enquanto o número de reuniões impacta negativamente nessa divulgação.

Além dessas variáveis, a variável tamanho do conselho de administração e tamanho da empresa demonstraram significância estatística em todos os modelos, como nos modelos relacionados à dimensão total (EVT). Já a variável alavancagem apresentou significância a 5% nos modelos (6) e (10).

Tabela 7 - Regressão *pooled OLS* para a Dimensão Ambiental (EVA).

Variáveis independentes	Dimensão Ambiental (EVA)				
	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
INDEP	0,0521 *	0,0462 *			
MLR_CADM	-0,0068		-0,0513		
FE_CADM	-0,0003			-0,0001	
ATIV_CADM	-0,0017 ***				-0,0016
TAM_CADM	0,0053 ***	0,0045 ***	0,0045 ***	0,0042 **	0,0050
TAM	0,0138 **	0,0114 **	0,0105 **	0,0105 *	0,0121
ALAVAN	0,0552 **	0,0331	0,0361	0,0334	0,0558
SETOR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ANO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
_CONS	-0,1165	-0,1083	-0,0720	-0,0657	-0,0883
Obs.	190	190	190	190	190
F	12,25	15,32	14,51	13,54	14,07
p-value	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
R <sup>2</sup>	0,4323	0,4094	0,4025	0,4009	0,4212

Níveis de significância: \* < 0,1; \*\* < 0,05; \*\*\* < 0,01.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 8, relativo à dimensão social (EVS), somente a proporção de conselheiros independentes mostra-se significativa positivamente a 5% nos modelos (11) e (12). Diferente do apresentado na dimensão total (EVT) e dimensão ambiental (EVA), a variável atividade do conselho não demonstrou significância. Ou seja, o resultado sugere que a independência do conselho afeta positivamente o índice de evidenciação de informações de caráter social.

Tabela 8 - Regressão *pooled OLS* para a Dimensão Social (EVS).

Variáveis independentes	Dimensão Social (EVS)				
	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
INDEP	0,0297 **	0,0275 **			
MLR_CADM	0,0192		0,0050		
FE_CADM	-0,0001			-0,0001	
ATIV_CADM	-0,0003				-0,0002
TAM_CADM	0,0009	0,0009	0,0007	0,0007	0,0008
TAM	0,0042 *	0,0037	0,0031	0,0032	0,0034
ALAVAN	0,0059	0,0026	0,0028	0,0029	0,0065
SETOR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ANO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
_CONS	0,0122	0,0114	0,0345	0,0365	0,0313
Obs.	190	190	190	190	190
F	3,51	3,93	3,36	3,39	3,37
p-value	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
R <sup>2</sup>	0,1694	0,1642	0,1482	0,1482	0,1508

Níveis de significância: \* < 0,1; \*\* < 0,05; \*\*\* < 0,01.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto às variáveis de controle, diferente dos resultados apresentados na dimensão total (EVT) e dimensão ambiental (EVA), somente tamanho da empresa apresentou significância positiva a 10% no modelo (11). Dessa forma, diante dos resultados obtidos, a Tabela 9 apresenta uma síntese dos resultados relacionados com as suas respectivas hipóteses:

Tabela 9 - Síntese dos resultados obtidos para a dimensão total (EVT).

Relacionamento	Hipótese	Resultado
INDEP → EVT	H <sub>1</sub> : Efeito Positivo	Suportada
MLR_CADM → EVT	H <sub>2</sub> : Efeito Positivo	Não suportada
FE_CADM → EVT	H <sub>3</sub> : Efeito Positivo	Não suportada
ATIV_CADM → EVT	H <sub>4</sub> : Efeito Negativo	Suportada

Fonte: Elaborada pelas autoras.

De modo geral, é aceita a influência positiva do conselho independente no índice de evidenciação de informações de caráter ambiental e social. Além disso, é aceito o impacto negativo da atividade do conselho de administração na EVT. Dessa forma, são aceitas as Hipóteses 1 e 4 e rejeita-se as Hipóteses 2 e 3, uma vez que os resultados obtidos não apresentaram significância estatística para suportá-las.

## 5 DISCUSSÃO

A pesquisa confirma a influência da diversidade no Conselho de Administração na evidenciação de práticas ambientais e sociais. Os resultados da pesquisa indicam, no contexto das empresas brasileiras, a influência positiva da independência do conselho na evidenciação de práticas ambientais e sociais, quanto à dimensão total, ambiental e social. Além desta, também constatou-se o impacto da atividade do conselho, com efeito negativo, em relação a dimensão total e ambiental.

Com relação a independência do conselho, verificou-se que uma maior independência influencia positivamente na evidenciação de informações de caráter ambiental e social, seja na dimensão total (EVT), quanto na dimensão ambiental (EVA) e social (EVS). Conselhos de administração que possuem uma maior proporção de conselheiros independentes estão propensos a um direcionamento da gestão para iniciativas de RSC, além da elaboração e evidenciação desses relatórios. Espera-se que a existência de um conselho com uma maior proporção de conselheiros independentes seja mais eficiente ao monitorar as tarefas que envolvem gestão, além de apresentar níveis superiores de transparência. Dessa forma, incentivando um maior nível de divulgação voluntária, além do investimento em RSC (Jamali et al., 2008; Jizi, 2017). Assim, sugere-se uma alta proporção de conselheiros independentes para afetar as decisões do conselho (Jizi, 2017). De acordo com Jizi (2017) e Jizi et al. (2014) esse tipo de conselheiro está mais inclinado a uma boa cidadania e ao desenvolvimento de agendas de RSC nas empresas, ou seja, uma visão para além do desempenho financeiro.

No tocante ao número de mulheres, por meio da estatística descritiva é possível observar a escassa representatividade de mulheres nos conselhos de administração das empresas brasileiras, dado que a moda da proporção de mulheres permaneceu zero em todos os anos analisados no estudo. Observa-se que em um conselho de administração onde haja o predomínio de homens, é frágil a força e voz das mulheres quanto a sua opinião e/ou posicionamento. Evidências na literatura afirmam que a mulher alcança certa influência quando a sua presença no conselho de administração atinge uma massa crítica (Bear et al., 2010; Rao & Tilt, 2016). Assim, conforme afirmado por Amran, Lee e Devi (2014), há certo insucesso no esforço para influenciar a RSC e a transparência na evidenciação de seus relatórios, visto que, sem essa diversidade de gênero, a organização não dispõe de distintas capacidades e conhecimentos no conselho de administração.

A idade média do conselho de administração, por sua vez, ainda que insignificantes, os resultados encontrados mostraram-se negativos. Um conselho de administração com faixa etária mais diversa demonstra menor interesse na evidenciação de informações de caráter ambiental e social, tal fato pode ser explicado pela divergência de pensamentos causadas pelas diferentes idades do conselho, gerando conflitos entre as distintas gerações, com reflexo negativo para a dimensão total (EVT), ambiental (EVA) e social (EVS). Conforme abordado por Hafsi & Turgut (2013) existe a possibilidade de polarização devido a diversidade etária, isto é, que haja um tipo de conflito de gerações. Esse resultado é consistente com o estudo de Giannarakis (2014), em que a idade média do conselho de administração não afetou a evidenciação de RSC.

Conforme resultados da pesquisa, um número superior de reuniões pode refletir negativamente para as organizações no tocante as evidenciações de dimensão ambiental (EVA) e total (EVT), seja nas regressões com todas as variáveis (1) e (6) ou somente com a variável

independente atividade do conselho (2) e (7). Desta forma, quanto maior o número de reuniões, menor a evidenciação de informações de RSC. Vale salientar que na evidenciação social a variável de atividade do conselho não demonstrou significância em nenhuma das regressões.

A literatura traz que um maior número de reuniões pode ser visto pelo mercado e *stakeholders* de maneira negativa, visto que reuniões tem um alto custo para a organização (Ahmad et al., 2017; Vafeas, 1999), assim como a elaboração e evidenciação dos relatórios. Além disso, um número alto de reuniões pode ser visto como desorganização ou um reflexo negativo do desempenho da empresa. Jensen (1993) afirma que o excessivo número de reuniões do conselho é uma indicação de má notícia ou a necessidade de severo monitoramento das atividades da empresa.

Quanto ao tamanho do conselho, verifica-se que conselhos maiores proporcionam uma maior difusão de experiências e conhecimentos dentro do ambiente corporativo, podendo assim, contribuir acerca do investimento na evidenciação de Responsabilidade Social Corporativa. Tais achados encontram suporte no resultado obtido por Jizi (2017) e Jizi et al. (2014), que recomenda que os conselhos de administração com maior número de membros, que possuem melhor atribuição do volume de tarefas e experiências, são mais eficientes na organização de agendas de RSC e no estímulo à evidenciação de RSC com o propósito de responder aos anseios sociais.

## 6 CONCLUSÃO

O estudo mostra que a composição do conselho de administração, no que diz respeito à independência do conselho e a atividade do conselho, influencia na evidenciação de práticas ambientais e sociais. Os achados indicam que uma maior presença de conselheiros independentes no conselho de administração impacta positivamente no nível de evidenciação das informações relativas às práticas da dimensão total, ambiental e social. Jizi (2017) sugere que uma alta presença de conselheiros independentes pode impactar nas decisões do conselho, o que pode incentivar numa maior transparência da organização frente suas práticas ligadas à RSC.

Diferente do resultado obtido com o conselho independente, um conselho de administração mais ativo, sendo a atividade representada pelo número de reuniões anuais realizadas pelo conselho, afeta negativamente no índice de evidenciação de práticas ambientais e sociais. Isso pode sugerir que organizações com maior número de reuniões tenham maiores problemas quanto ao monitoramento de suas atividades, fazendo com que a empresa apresente uma menor transparência de suas ações socioambientais.

Ademais, os resultados apresentaram que a presença de mulheres no conselho de administração e a idade média afetando a evidenciação de práticas ligadas à RSC mostraram-se insignificantes, podendo o primeiro resultado estar relacionado com o baixo número de mulheres presentes nos conselhos de administração da amostra em análise.

No campo teórico, o estudo agrega na ampliação da discussão sobre os tipos de mecanismos internos de governança corporativa, mais especificamente a composição do conselho de administração, que podem afetar na evidenciação de práticas de caráter ambiental e social das organizações. O estudo apresenta as diversificadas formas que o conselho pode estar composto, além de destacar o papel importante da estrutura do conselho de administração na análise das ações e práticas de RSC estabelecidas e comunicadas à comunidade e aos diversos *stakeholders* e investidores.

Quanto às limitações, a amostra composta pelas empresas da B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão que divulgaram relatórios de RSC no formato GRI-G4, no período 2013-2017, impede a generalização dos resultados. O índice de evidenciação de práticas sociais e ambientais foi verificado somente através das empresas brasileiras que elaboraram relatório de

Responsabilidade Social Corporativa no formato GRI-G4, reduzindo assim o tamanho da amostra do estudo.

Pesquisas futuras podem abranger empresas listadas em outras bolsas de valores, para que assim seja possível a realização de um comparativo entre as estruturas do conselho de administração e o efeito delas sobre a evidenciação das informações ambientais e sociais das empresas. Por fim, sugere-se a utilização de outros indicadores para representar o constructo Responsabilidade Social Corporativa, para que os resultados obtidos possam ser comparados e eventualmente validados. No entanto, deve-se destacar a importância do estudo e da variável utilizada, uma vez que a mesma foi obtida após a análise de conteúdo aprofundada dos relatórios de RSC, formato GRI-G4, elaborados pelas organizações, o que traz um maior conhecimento sobre os assuntos tratados pelas empresas em seus relatórios.

## REFERÊNCIAS

- Ahmad, N. B. J., Rashid, A., & Gow, J. (2017). Board meeting frequency and corporate social responsibility (CSR) reporting: Evidence from Malaysia. *Corporate Board: Role, Duties and Composition*, 13(1), 87–99.
- Amran, A., Lee, S. P., & Devi, S. S. (2014). The influence of governance structure and strategic corporate social responsibility toward sustainability reporting quality. *Business Strategy and the Environment*, 23(4), 217–235.
- Bachoo, K., Tan, R., & Wilson, M. (2013). Firm value and the quality of sustainability reporting in Australia. *Australian Accounting Review*, 23(64), 67–87.
- Basuony, M. A. K., Mohamed, E. K. A., & Samaha, K. (2018). Board structure and corporate disclosure via social media: an empirical study in the UK. *Online Information Review*, 42(5), 595–614.
- Bear, S., Rahman, N., & Post, C. (2010). The impact of board diversity and gender composition on corporate social responsibility and firm reputation. *Journal of Business Ethics*, 97(2), 207–221.
- Cucari, N., De Falco, S. E., & Orlando, B. (2018). Diversity of board of directors and environmental social governance: evidence from Italian listed companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(3), 250–266.
- Dani, A. C., Picolo, J. D., & Klann, R. C. (2018). Gender influence, social responsibility and governance in performance. *RAUSP Management Journal*.
- De La Cuesta, M., & Valor, C. (2013). Evaluation of the environmental, social and governance information disclosed by Spanish listed companies. *Social Responsibility Journal*, 9(2), 220–240.
- Deegan, C., & Rankin, M. (1996). Do Australian companies report environmental news objectively? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(2), 50–67.
- Dienes, D., & Velte, P. (2016). The impact of supervisory board composition on CSR reporting. Evidence from the German two-tier system. *Sustainability (Switzerland)*, 8(63), 1–20.
- Fernández-Gago, R., Cabeza-García, L., & Nieto, M. (2016). Corporate social responsibility, board of directors, and firm performance: an analysis of their relationships. *Review of Managerial Science*, 10(1), 85–104.
- Fischer, T. M., & Sawczyn, A. A. (2013). The relationship between corporate social performance and corporate financial performance and the role of innovation: evidence from German listed firms. *Journal of Management Control*, 24(1), 27–52.
- Font, X., Walmsley, A., Cogotti, S., McCombes, L., & Häusler, N. (2012). Corporate social responsibility: the disclosure-performance gap. *Tourism Management*, 33(6), 1544–1553.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman

Publishing.

- García-Sánchez, I. M., Suárez-Fernández, O., & Martínez-Ferrero, J. (2019). Female directors and impression management in sustainability reporting. *International Business Review*, 28(2), 359–374.
- Giannarakis, G. (2014). Corporate governance and financial characteristic effects on the extent of corporate social responsibility disclosure. *Social Responsibility Journal*, 10(4), 569–590.
- Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995). Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), 47–77.
- Guidry, R. P., & Patten, D. M. (2010). Market reactions to the first-time issuance of corporate sustainability reports. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 1(1), 33–50.
- Hackston, D., & Milne, M. J. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(1), 77–108.
- Hafsi, T., & Turgut, G. (2013). Boardroom diversity and its effect on social performance: conceptualization and empirical evidence. *Journal of Business Ethics*, 112(3), 463–479.
- Harjoto, M. A., & Jo, H. (2011). Corporate governance and CSR nexus. *Journal of Business Ethics*, 100(1), 45–67.
- Harrison, J. S., Bosse, D. A., & Phillips, R. A. (2010). Managing for stakeholders, stakeholder utility functions, and competitive advantage. *Strategic Management Journal*, 31(1), 58–74.
- Helfaya, A., & Moussa, T. (2017). Do board's corporate social responsibility strategy and orientation influence environmental sustainability disclosure? UK evidence. *Business Strategy and the Environment*, 26(8), 1061–1077.
- Hu, M., & Loh, L. (2018). Board governance and sustainability disclosure: a cross-sectional study of singapore-listed companies. *Sustainability*, 10(7), 2578.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2015). *Código brasileiro de governança corporativa: companhias abertas*. São Paulo: IBGC. Recuperado de [https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21148/Codigo\\_Brasileiro\\_de\\_Governanca\\_Corporativa\\_Companhias\\_Abertas.pdf](https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21148/Codigo_Brasileiro_de_Governanca_Corporativa_Companhias_Abertas.pdf).
- Jamali, D., Safieddine, A. M., & Rabbath, M. (2008). Corporate governance and corporate social responsibility synergies and interrelationships. *Corporate Governance: An International Review*, 16(5), 443–459.
- Jensen, M. C. (1993). The modern industrial revolution, exit, and the failure of internal control systems. *The Journal of Finance*, 48(3), 831–880.
- Jizi, M. (2017). The influence of board composition on sustainable development disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 26(5), 640–655.
- Jizi, M. I., Salama, A., Dixon, R., & Stratling, R. (2014). Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: evidence from the US banking sector. *Journal of Business Ethics*, 125(4), 601–615.
- Liang, Q., Xu, P., & Jiraporn, P. (2013). Board characteristics and Chinese bank performance. *Journal of Banking & Finance*, 37(8), 2953–2968.
- Modiba, E. M., & Ngwakwe, C. C. (2017). Women on the corporate board of directors and corporate sustainability disclosure. *Corporate Board: Role, Duties & Composition*, 13(2), 32–37.
- Muttakin, M. B., Khan, A., & Mihret, D. G. (2018). The effect of board capital and CEO power on corporate social responsibility disclosures. *Journal of Business Ethics*, 150(1), 41–56.

- Nekhili, M., Nagati, H., Chtioui, T., & Rebolledo, C. (2017). Corporate social responsibility disclosure and market value: Family versus nonfamily firms. *Journal of Business Research*, 77, 41–52.
- Post, C., Rahman, N., & Rubow, E. (2011). Green governance: boards of directors' composition and environmental corporate social responsibility. *Business and Society*, 50(1), 189–223.
- Pucheta-Martínez, M. C., Bel-Oms, I., & Olcina-Sempere, G. (2018a). Commitment of independent and institutional women directors to corporate social responsibility reporting. *Business Ethics: A European Review*, 28(3), 290–304.
- Pucheta-Martínez, M. C., Bel-Oms, I., & Olcina-Sempere, G. (2018b). The association between board gender diversity and financial reporting quality, corporate performance and corporate social responsibility disclosure: A literature review. *Academia Revista Latinoamericana de Administración*, 31(1), 177–194.
- Rao, K., & Tilt, C. (2016). Board composition and corporate social responsibility: the role of diversity, gender, strategy and decision making. *Journal of Business Ethics*, 138(2), 327–347.
- Reverte, C. (2009). Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by Spanish listed firms. *Journal of Business Ethics*, 88(2), 351–366.
- Reverte, C. (2016). Corporate social responsibility disclosure and market valuation: evidence from Spanish listed firms. *Review of Managerial Science*, 10(2), 411–435.
- Roberts, R. W. (1992). Determinants of corporate social responsibility disclosure: an application of stakeholder theory. *Accounting Organizations and Society*, 17(6), 595–612.
- Said, R., Zainuddin, Y., & Haron, H. (2009). The relationship between corporate social responsibility disclosure and corporate governance characteristics in Malaysian public listed companies. *Social Responsibility Journal*, 5(2), 212–226.
- Soares, R. A., Abreu, M. C. S. de, Marino, P. D. B. L. P., & Rebouças, S. M. D. P. (2018). Avaliação hierárquica da influência do país, setor e empresa na evidenciação da responsabilidade social corporativa. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(2), 96–121.
- Soares, R. A., Pinheiro, A. B., Abreu, M. C. S. de, & Marino, P. D. B. L. P. (2018). Efeito do sistema financeiro na evidenciação socioambiental de empresas em países emergentes e desenvolvidos. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(2), 21.
- Vafeas, N. (1999). Board meeting frequency and firm performance. *Journal of Financial Economics*, 53(1), 113–142.
- Van Marrewijk, M. (2003). Concepts CSR and corporate sustainability: between agency and communion. *Journal of Business Ethics*, 44(2), 95–105.
- Wang, K. T., & Li, D. (2016). Market reactions to the first-time disclosure of corporate social responsibility reports: evidence from China. *Journal of Business Ethics*, 138(4), 661–682.